



<http://dx.doi.org/10.5354/0719-6296.2025.74877>

REVISTA ESTUDIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Volumen 11, número 1, [diciembre 2024 - junio 2025], pp. 117-131

Artículos

As políticas de combate a fome na América Latina e no Caribe

Policies to fight hungry in Latin America and the Caribbean

Francieli do Rocio de Campos^a 
Marilia Patta Ramos^b 

^a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

^b Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar as políticas públicas de combate à fome na América Latina e no Caribe, implementadas entre 2010 e 2020. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica com 87 artigos científicos, que descrevem as ações, características e resultados de pesquisas relacionadas ao combate à fome. O presente artigo integra a tese intitulada "Revisão integrativa de estudos sobre políticas públicas de combate à fome na América Latina e no Caribe", defendida na Pós-Graduação em Políticas Públicas em 2023. Os resultados da pesquisa analisam a realidade de 14 países da região, classificando as políticas públicas em seis áreas de implementação: segurança alimentar e nutricional (SAN), transferência de renda, saúde, educação, reforma agrária e ajuda alimentar. A investigação revela que as políticas existentes na América Latina e no Caribe, de modo geral, têm se mostrado insuficientes, fragmentadas e localizadas, uma vez que se concentram em áreas de atuação específicas. Embora tenham sido capazes de alterar o quadro de fome, miséria e desnutrição, ainda não demonstram eficácia na redução dos índices de insegurança alimentar das famílias beneficiadas.

Abstract: This paper aims to present public policies to combat hunger in Latin America and the Caribbean, implemented between 2010 and 2020. To this end, a bibliographic review was carried out with 87 scientific articles, which describe the actions, characteristics and results of research related to combating hunger. This article is part of the thesis entitled "Integrative review of studies on public policies to combat hunger in Latin America and the Caribbean", defended in the Postgraduate Program in Public Policies in 2023. The results of the research analyze the reality of 14 countries in the region, classifying public policies into six areas of implementation: food and nutrition security (FNS), income transfer, health, education, agrarian reform and food aid. The investigation reveals that existing policies in Latin America and the Caribbean, in general, have proven to be insufficient, fragmented and localized, since they focus on specific areas of action. Although they have been able to change the situation of hunger, poverty and malnutrition, they have not yet demonstrated effectiveness in reducing the rates of food insecurity among the families benefiting from them.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Combate à fome; Atuação governamental.

Keywords: Public Policies; Fight against hunger; Government action.



©2025: Universidad de Chile

Endereço para correspondência [*Correspondence address*]: Francieli do Rocio de Campos, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: frandecampos@yahoo.com.br

Data de recebimento: 2024-09-03
Data de aceitação: 2025-04-26

1 Introdução

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar as ações destinadas às políticas públicas de combate à fome na América Latina e no Caribe, implementadas entre 2010 e 2020, considerando os resultados relativos à insegurança alimentar, à desnutrição, às expressões da questão social e, principalmente, ao enfrentamento da fome.

Este trabalho reviste-se de importância ao expor os acontecimentos que marcaram a trajetória das ações voltadas para mitigar os problemas relacionados à falta de alimentos, facilitando a compreensão das políticas públicas já existentes nesse campo nos países da América Latina e do Caribe. Além disso, explicita seus propósitos e relevância, ao mesmo tempo em que oferece um panorama que permite conhecer as ações, seus beneficiários e áreas de atuação. Busca, assim, fomentar o desenvolvimento de medidas que aprimorem as políticas em vigor e promovam a formulação de novas políticas destinadas a combater a fome e a miséria, assegurando, desse modo, a ampliação do acesso à alimentação adequada e à segurança alimentar e nutricional.

Os países da América Latina e do Caribe diferenciam-se em termos demográficos, geográficos, econômicos, sociais e políticos, além de apresentarem características intrínsecas ao seu desenvolvimento. No âmbito das políticas públicas de combate à fome, há razões que indicam que essa problemática deriva de uma história comum e de processos originados no Atlântico —processos que condicionaram estruturalmente a situação da fome na região. Essas diferenças refletiram-se na consolidação dos princípios de segurança alimentar e na compreensão da soberania alimentar, assim como no progresso, desenvolvimento e implementação de políticas públicas e nos respectivos marcos legais, institucionais e normativos que visam garantir o direito à alimentação (Sarmiento, 2008; Pinto, 2011).

A região conviveu com a fome, o que ficou evidente no início da década de 1990, quando cerca de 68,5 milhões de pessoas padeciam de fome —15,3% da população da América Latina e do

Caribe, apesar de seu papel crescente como exportador de alimentos no cenário global (Agricultural Organization of the United Nations, 2014). No início dos anos 2000, a América Latina e o Caribe criaram um ambiente político que deixou uma marca indelével em termos de ações de combate à fome na década seguinte. O debate sobre a fome deslocou-se de um enfoque tradicional incentivar a produção de mais alimentos, como nos anos 1970 e 1980 para um problema centrado no acesso aos alimentos no final dos anos 1990. Isso levou a novos conceitos de vulnerabilidade à insegurança alimentar (Graziano Da Silva et al., 2008).

As políticas públicas tendem a gerar impacto na sociedade, de modo que qualquer teoria deve também explicar a inter-relação entre Estado, política e sociedade. Nessa dinâmica, considero o contexto das diversas políticas públicas implementadas nos países das regiões dedicadas ao combate à fome. Além disso, discuto o problema da fome e, por fim, apresento a construção realizada com base nas intervenções adotadas pelos representantes governamentais dos países da América Latina e do Caribe.

2 O contexto histórico do combate a fome na América Latina e no Caribe

O diagnóstico e a evolução das políticas de combate à fome na América Latina destacam-se em três momentos principais. Na década de 1930, o problema do abastecimento envolvia a oferta de alimentos para a população, que se deslocava cada vez mais para as grandes áreas urbanas. Nas décadas de 1960 e 1970, a modernização da agricultura e o crescimento populacional influenciaram as questões de produtividade, levando à escassez de alimentos. Entre esse período e o início da década de 1980, governos passaram a tratar a fome como um problema de intermediação e de políticas de regulação de preços, além de controle da oferta de alimentos nos países (Belik et al., 2001).

Nesse contexto, muitos acreditavam que o aumento da oferta resolveria o problema da fome. No entanto, essa perspectiva perdeu força ao longo da década de 1980, quando informações confir-

maram a existência de alimentos suficientes para atender à demanda exceto em áreas específicas, como zonas de conflito ou de difícil acesso. No início da década de 1990, governos enfrentaram os problemas de abastecimento por meio da desregulamentação do mercado, na expectativa de que o crescimento econômico gerasse renda para as famílias em situação de vulnerabilidade. A partir da década de 1990, a institucionalização de medidas e ferramentas neoliberais levou a uma variação na intensidade do problema da fome entre os países. Os sul-americanos continuaram a lutar contra a pobreza e a desigualdade social, mesmo após dois séculos de independência, utilizando acordos e tratados comerciais, instrumentos normativos e diretrizes gerais (Fouilleux et al., 2011).

Nessa trajetória, a fome tornou-se um problema mais restrito e específico, enquanto a insegurança alimentar ampliou-se nos países da América Latina e do Caribe. A Cúpula Mundial da Alimentação de 1996 estabeleceu a segurança alimentar como a garantia de disponibilidade de alimentos nutritivos em todos os momentos, para todos os indivíduos, com acesso físico, suficiente e seguro, que atenda às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, assegurando uma vida ativa e saudável (Millán Smitmans, 2014). Além disso, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN), priorizado na América Latina desde os anos noventa, destaca:

[...] se há segurança alimentar, não pode haver fome, mas o conceito de segurança alimentar é mais amplo do que a simples eliminação permanente da fome. Apesar disso, as análises e políticas a serem aplicadas são de certa forma semelhantes para ambos os conceitos. As ações públicas para acabar com a fome também aumentarão a segurança alimentar (Millán Smitmans, 2014:111).

Esse conceito expressa um movimento no qual as questões centrais relacionadas à alimentação não se concentram mais apenas na erradicação da fome (Chonchol, 1987). Elas retornam aos temas mais amplos do direito humano à alimentação adequada, que abrangem discussões sobre o acesso à quantidade e à qualidade dos alimentos, essenciais para a cidadania e a proteção ambiental

(Agricultural Organization of the United Nations, 2011). Assim, o conceito de segurança alimentar e nutricional (SAN) adquire novas dimensões e integra-se às políticas públicas de vários países da América Latina e do Caribe (Almeida Filho y Gomes Junior, 2010).

Pesquisadores passaram a investigar a relação entre a questão social e suas expressões e a fome, avaliando o progresso alcançado após os anos 2000. Eles constataram um crescimento econômico significativo na América Latina e no Caribe, período marcado pela implantação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Por isso, as expressões da questão social no período pós-2000 registraram mudanças estruturais nas condições da população em situação de vulnerabilidade.

Nesse momento, a fome no mundo deixou de ser entendida apenas como escassez de comida e passou a ser vista como a falta de acesso aos alimentos para determinadas pessoas. Com base em alguns dos princípios fundamentais consagrados no direito à alimentação, a lei passou a garantir o acesso aos alimentos para os mais vulneráveis como uma diretriz central das políticas públicas. Esse princípio se mobiliza especialmente em momentos de crise econômica, política ou social, quando eventos comprometem o acesso à renda (Gurgel et al., 2020). O quadro político de combate à fome apresentou diferentes graus e configurações na maioria dos países, e a crise alimentar expôs e fortaleceu a demanda por produção agrícola —fato que forçou os governos a retomarem essa questão como objetivo de muitas políticas alimentares (Grisa et al., 2021).

Entre os 17 países da América Latina que integram a Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e no Caribe (FPH-ALC) em 2015, sediada em Lima/Peru, 12 contavam com alguma legislação relacionada à segurança e soberania alimentar. Conforme informações da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), cinco dos dez países sul-americanos analisados possuíam leis específicas sobre segurança alimentar: a Argentina foi o primeiro país a adotar tal política em 2003, seguida

por Brasil em 2006, Venezuela em 2008, Equador em 2009 e Bolívia em 2013.

Alguns países como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá e Suriname incorporaram o direito à alimentação em suas constituições, garantindo-o a todos os cidadãos. Já outros países como Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai reconheceram especificamente esse direito para determinados grupos. Esses países acreditavam que grupos vulneráveis necessitavam de políticas de proteção adicionais, além daquelas dirigidas à população em geral (Campos, 2023; Campos, 2024).

A América Latina tornou-se uma das regiões mais avançadas em termos de diversidade de intervenções para o combate à fome. Apesar de essas políticas terem sido implementadas, a fome e suas consequências ressurgiram com altas taxas de prevalência a partir de 2016 em vários países da região (Agricultural Organization of the United Nations, 2018; Sabourin y Grisa, 2018). Primeiramente, a crise econômica e política provocou fortes aumentos de preços e afetou tanto os países importadores quanto os exportadores de alimentos. Mesmo os países mais ricos do continente enfrentaram dificuldades —a FAO os considerou como de baixa segurança alimentar e nutricional. No Brasil, a desnutrição voltou a impactar mais de 5,2 milhões de pessoas em 2017. Com a pandemia, 19 milhões de pessoas passaram a viver em situação de fome (insegurança alimentar grave) e outros 43,4 milhões enfrentaram insegurança alimentar moderada ou grave no final de 2020 (Penssan, 2021).

Segundo Grisa et al. (2021), muitos países começaram a discutir o problema da fome pela primeira vez em sua história a partir dessa crise econômica. As discussões políticas também resultaram do crescimento das questões de saúde pública relacionadas à desnutrição, assim como de debates sobre soberania alimentar, direitos alimentares, patrimônio cultural, mudanças climáticas, sociobi-odiversidade e biodiversidade. Uma característica comum dessas políticas foram as intervenções

destinadas a garantir o acesso a alimentos menos onerosos para os grupos vulneráveis, por meio da oferta de produtos alimentícios acessíveis e de alta qualidade.

3 O problema da fome na América Latina e no Caribe

Em uma região onde havia abundância de alimentos, a fome representa um escândalo ético e moral que afetou tantos sujeitos, gerando altos custos econômicos e sociais e atrasando o desenvolvimento econômico e social dos países. Como ocorre com qualquer problema social sério e mal resolvido, as explicações e os argumentos apresentados mostraram-se questionáveis (Millán Smitmans, 2014).

A fome deixou de ser vista apenas como escassez global de alimentos e passou a ser entendida como um problema de acesso restrito para determinadas populações. A política governamental concentrou-se em circuitos específicos de distribuição de alimentos controlados ou organizados pelo Estado, empregando ferramentas como distribuição de alimentos, cestas básicas, transferência de dinheiro para aquisição de alimentos, cozinhas populares ou comunitárias e merenda escolar (Gurgel et al., 2020; Grisa et al., 2021).

A principal diretriz para enfrentar a fome baseou-se no suposto crescimento econômico e em seu impacto na redução das expressões da questão social. Nesse cenário, a política pública assumiu a responsabilidade pela regulação macroeconômica, permitindo que corporações e redes de distribuição desempenhassem um papel central no abastecimento global de alimentos (Herrera et al., 1977; Jarosz, 2011).

Ortega et al. (2007) descreveram a evolução registrada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) até que a erradicação da fome fosse incluída como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio talvez o tema de maior impacto político direto na região. Essa decisão reflete a compreensão de que as sociedades modernas não podem e não devem conviver com condições de extrema fome e pobreza;

portanto, cabe ao Estado consolidar políticas para eliminá-las. A política antipobreza não faz parte do papel político tradicional dos países capitalistas, mas foi reconhecida como política supranacional pelo representante da FAO, do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Programa Mundial de Alimentos (PAM) durante a Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Monterrey, México, em 2002. Desde então, a proposta tem sido reiterada em outras publicações da FAO e de organizações internacionais, consolidando-se como caminho essencial para combater a fome e a pobreza.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) enfatizou a importância da agricultura e do desenvolvimento rural, considerando que estudos mostraram que entre 70% e 75% dos pobres do mundo vivem em áreas rurais. Para a instituição, o caminho deveria priorizar o estímulo ao desenvolvimento rural, assim como o aumento da produtividade e o acesso ao mercado para agricultores familiares e pequenos proprietários. Em geral, essas ações indicam que a política pública para erradicar a fome deve se fundamentar tanto na ajuda alimentar quanto no desenvolvimento rural e sustentável (Millán Smitmans, 2014).

Por outro lado, nos últimos anos, esforços têm sido feitos para assegurar que essas linhas de ação sejam adotadas a partir de uma perspectiva de direitos alimentares. De acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2004), o primeiro grupo de intervenções corresponde a um subconjunto de programas e políticas sociais, conhecidos como intervenções de ajuda alimentar ou redes de segurança social. O segundo grupo de ações integra a via estrutural, entendido como um subconjunto de programas de desenvolvimento produtivo ou, no nível macroeconômico, como políticas que fortalecem o desenvolvimento rural e promovem a conexão entre áreas rurais e urbanas.

4 Metodologia

Este artigo resulta da pesquisa realizada para a elaboração da tese de doutorado intitulada *Revisão

integrativa de estudos sobre políticas públicas de combate à fome na América Latina e no Caribe* (Campos, 2023). O estudo foi desenvolvido sob a orientação da Professora PhD. Marília Patta Ramos, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O trabalho tem caráter descritivo e apresenta os principais elementos das políticas públicas de combate à fome identificadas em estudos publicados entre 2010 e 2020, selecionados com base temática, a fim de compor uma revisão bibliográfica que reúna as intervenções implementadas na América Latina e no Caribe.

O processo de revisão exigiu a elaboração detalhada de informações abrangentes para identificar novas teorias, lacunas e oportunidades de pesquisa em contextos específicos, considerando diferentes abordagens presentes nos artigos científicos (Botelho et al., 2011). A busca por publicações seguiu as especificações propostas por Campos (2023, 2024) e ocorreu nos portais online mais relevantes para a divulgação científica na região, entre eles: Portal de Periódicos da Capes; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/VS) da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME); Sistema de Informação Científica Redalyc; ResearchGate; Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar.

A coleta de dados exigiu estratégias específicas e diferenciadas, que demandaram o uso de operadores booleanos e elementos de truncamento ferramentas que facilitaram a seleção de uma amostra representativa de pesquisa (Sampaio, 2013). A amostra final incluiu artigos que abordavam políticas públicas, sua operacionalização e os principais elementos que descrevem as ações de combate à fome no período de 2010 a 2020.

Após a busca e a obtenção de uma amostra de 87 trabalhos, realizei uma leitura crítica de cada um. Dentre eles, 41 artigos atenderam aos critérios de inclusão. Assim, analisei descritivamente os dados de 17 políticas públicas, considerando suas características e resultados. Registre informações como ano de publicação, país de origem, participantes ou beneficiários, características das ações, objetivos das políticas e resultados obtidos em

cada local de implementação em uma planilha do Excel.

A partir do conteúdo global das produções, construí um corpus textual com os elementos identificados nos artigos. Além disso, elaborei uma matriz temática que reúne informações sobre a atuação das políticas públicas em cada país. Essa análise permitiu identificar termos recorrentes, formando agrupamentos de fenômenos relevantes e definindo os principais temas abordados na pesquisa.

5 As intervenções para combater a fome na América Latina e no Caribe

A América Latina e o Caribe tornaram-se uma referência global na formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao combate à fome, sendo reconhecidos por alcançar as metas condicionais estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de 2000 (*Agricultural Organization of the United Nations, 2015*). Essa região liderou o desenvolvimento do Plano da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) para a Segurança Alimentar e Nutricional e a Erradicação da Fome até 2025, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) (*Vasconcellos, 2021*).

Um conjunto de políticas para erradicar a fome foi desenvolvido sob a abordagem bilateral ou paralela. Por um lado, buscou-se criar condições para que a população em situação de vulnerabilidade pudesse aumentar sua capacidade de obter recursos suficientes para sua alimentação. Por outro lado, reconheceu-se a necessidade urgente de atender aqueles que não tinham meios de suprir suas necessidades básicas com alimentos adequados e nutritivos, garantindo-lhes apoio para enfrentar a fome (*Millán Smitmans, 2014*).

As diferenças entre as intervenções de combate à fome nas áreas rural e urbana vão além das fontes de renda. Para enfrentar os desafios da fome em países em desenvolvimento, torna-se

essencial promover a geração de renda e o aumento da produtividade. Os rendimentos nesses países provêm, principalmente, das indústrias e dos serviços, e o fortalecimento do capital humano e dos ativos permite que os indivíduos tenham acesso à infraestrutura e aos mercados alimentares (*Smith et al., 2017*).

Os resultados dos artigos analisados na pesquisa de *Campos (2023)* apontaram para políticas públicas de combate à fome que consideraram a diversidade alimentar. Essas políticas ampliaram o acesso à nutrição, saúde e educação, aumentando as chances de melhoria nas condições das populações-alvo. Além disso, os estudos destacaram diferenças nos padrões de compra e de acesso aos alimentos entre as famílias rurais e urbanas.

A **Tabela 1** apresenta a quantidade de trabalhos por país da América Latina e do Caribe encontrados em periódicos publicados entre 2010 e 2020, contemplando os aspectos da revisão bibliográfica.

Tabela 1: Quantidade de trabalhos sobre intervenções (Políticas Públicas) por país na América Latina e Caribe encontradas na pesquisa

País	N	%
Argentina	2	5
Brasil	6	15
Chile	1	2,5
Colômbia	8	20
El Salvador	2	5
Equador	2	5
Guatemala	2	5
Honduras	1	2,5
México	9	22,5
Paraguai	1	2,5
Peru	5	12,5
Uruguai	1	2,5
Total	40	100

Fonte: Campos (2023: 149).

México, Colômbia e Brasil destacaram-se na implementação de ações destinadas ao combate à fome e à mitigação dos efeitos da questão social.

Em alguns casos, esses países chegaram a oferecer subsídios alimentares significativos para reduzir a desigualdade social. Muitas dessas iniciativas foram desenvolvidas de forma interinstitucional, com a responsabilidade compartilhada entre diferentes ministérios e agências governamentais. Além disso, as intervenções relacionadas à fome passaram por adaptações periódicas, ajustando-se às mudanças e necessidades políticas de cada país.

Os resultados da pesquisa mostram que, na maioria dos países analisados, foram implementadas intervenções eficazes voltadas para o objetivo final de erradicar a fome (Millán Smitmans, 2014). A Tabela 2 caracteriza as políticas públicas identificadas na revisão bibliográfica, assim como as áreas específicas para as quais foram direcionados os benefícios voltados ao combate à fome.

A maioria das intervenções selecionadas na pesquisa consiste em ajuda alimentar ou em transferência de renda. Segundo Millán Smitmans (2014), quando se fornece apenas alimentos ou subsídios financeiros para a compra de comida, os indivíduos em situação de fome conseguem resolver temporariamente suas dificuldades. No entanto, essa dependência do Estado ou de doadores impede a solução do problema a longo prazo e não contribui para restaurar a dignidade e a autonomia dos beneficiários. Por isso, torna-se essencial criar condições adequadas para que a população mais vulnerável desenvolva suas habilidades e tenha garantido o acesso aos alimentos necessários, por meio de seus próprios esforços e de atividades produtivas.

5.1 As intervenções na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

O interesse do governo pelas necessidades alimentares do povo mexicano remonta ao início do século XX, no contexto dos primeiros governos responsáveis pela reconstrução do país após a revolução. Os planos e programas alimentares mexicanos foram desenvolvidos em momentos específicos de crises naturais, sociais, econômicas e políticas e impactaram a segurança alimentar e nutricional ao atender necessidades pontuais, como bem-estar

e merenda escolar. Esses programas tendem a promover a produção de alimentos básicos, como leite e carne, em resposta à rápida urbanização e ao crescimento gradual da população nas principais cidades do país (Barquera et al., 2001).

O Projeto Estratégico de Segurança Alimentar (PESA) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), implementado no México desde 2003, contribuiu para atividades produtivas e projetos destinados a melhorar a segurança alimentar doméstica em regiões com alto índice de marginalização (Bolom Martínez et al., 2015).

Nesse sentido, Arciniegas y Peña (2017) chamam atenção para a situação nutricional na Colômbia, marcada por um aumento significativo da subalimentação, consequência do excesso de oferta de alimentos e de uma redução acentuada da desnutrição ligada a deficiências nutricionais. Esse cenário se reflete nas medidas antropométricas dos participantes do programa Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (MANA), analisadas por Hackett et al. (2010), que evidenciaram diferenças no consumo de suplementos alimentares de acordo com o nível de segurança alimentar das famílias.

5.2 As intervenções na área de transferência de renda

Os programas e as ações específicas evoluíram ao longo do tempo e com base na construção do conhecimento, sendo adaptados às realidades de cada país e às circunstâncias particulares. Outro dado que merece destaque é a incidência de insegurança alimentar grave indicador de fome em adultos e crianças que se mostrou menor do que a insegurança alimentar leve ou moderada, possivelmente devido à implementação de programas de transferência de renda (Suzart et al., 2017).

Esse fenômeno tornou-se um dos principais fatores que nortearam a política alimentar da América Latina e do Caribe: quanto mais a população se concentrou nas cidades, maiores foram as necessidades e estratégias exigidas do Estado para atender às demandas alimentares. Quanto maior

Tabela 2: Características das políticas públicas da América Latina e do Caribe

Nome da intervenção	País	Área
Projeto Estratégico de Segurança Alimentar (PESA)	México	SAN
Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (MANA)	Colômbia	SAN
Familias en Acción	Colômbia	Transferência de renda
Programa Bolsa Família	Brasil	Transferência de renda
Asignación Universal por Hijo (AUH)	Argentina	Transferência de renda
Programa Oportunidades	México	Transferência de renda
Red Solidaria	El Salvador	Transferência de renda
Programa de Subsídio Alimentar para Pobres na Colônia Indígena de La Promesa	Paraguai	Transferência de renda
Bono de Desarrollo Humano	Equador	Transferência de renda
Colación BKN	Chile	Saúde
Programa Integral de Nutrição (PIN)	Peru	Educação
School Nutrition Program	Honduras	Educação
Programa de Comunidades Rurales del Milenio	Guatemala	Reforma agraria
Restaurantes subsidiados pelo governo	Brasil	Ajuda alimentar
Cozinhas comunitárias	Brasil	Ajuda alimentar
Programa de Aquisição de Alimentos	Brasil	Ajuda alimentar
Plan de Atención Nacional a La Emergencia Social	Uruguai	Ajuda alimentar

Fonte: Elaboração própria, com base em Campos, 2023.

o número de populações desfavorecidas, mais se eleva a má alimentação nas áreas rurais e urbanas, ampliando a necessidade de políticas e programas sociais. No México, o atraso no fornecimento de alimentos saudáveis e suficientes para as populações rurais marginalizadas se destacou (Sanchez et al., 2019). Angelucci et al. (2012) constataram que o Programa Oportunidades, implementado no México, também aumentou a ingestão de alimentos entre os beneficiários.

Desde a década de 1980, a Argentina desenvolve uma longa história de programas alimentares em nível nacional, voltados para as diversas necessidades nutricionais da população. Durante a crise de 2001, o país caracterizado pela superabundância de alimentos passou a dar ainda mais importância à questão alimentar na agenda das políticas públicas. Entretanto, verificou-se uma mudança no perfil populacional quando as necessidades sociais cresceram significativamente frente às enormes

dificuldades em atender à demanda alimentar da população em (2014).

No caso apresentado por Walsh et al. (2020), a melhoria da segurança alimentar foi um efeito colateral potencial do programa Asignación Universal por Hijo (AUH). Salvia et al. (2015), ao estudarem o AUH entre 2010 e 2012, constataram que esse programa reduziu a insegurança alimentar no país. Esse mecanismo se traduziu em remessas que elevaram a renda familiar e melhoraram o padrão de consumo na Argentina.

Angelucci et al. (2012) constataram que o programa Familias en Acción contribuiu tanto para a renda familiar quanto para o aumento da participação dos gastos com alimentação, como resultado do repasse desse recurso na Colômbia. Segundo Attanasio e Gomez (2012), o Programa Familias en Acción (FA) estruturava-se em três componentes: nutrição, saúde e educação. O componente nutricional incluía um subsídio em

dinheiro pago às famílias beneficiárias núcleo familiar com crianças de zero a seis anos, tendo como alternativa as casas comunitárias do Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF). As crianças não podiam participar de ambos os programas simultaneamente. No entanto, as famílias com crianças menores de sete anos podiam decidir enviar o filho mais novo para uma casa de grupo e inscrever o filho mais velho no Familias en Acción. O componente de saúde exigia a participação de crianças menores de sete anos em programas regulares de imunização e em exames de crescimento e desenvolvimento, além de obrigar os pais a comparecerem a oficinas sobre prevenção em saúde. Já o componente de educação impunha a frequência escolar regular para crianças de sete a 17 anos.

O país dos migrantes revelou maior dependência da ajuda alimentar e maior taxa de despesas com alimentos (Bohada, 2010). Estudos sobre a Red Solidaria indicam que a migração está associada à melhoria do estado nutricional infantil e à manutenção desse estado durante períodos de alta nos preços dos alimentos (De Brauw y Peterman, 2011). No final de 2005, El Salvador implementou o programa Red Solidaria/Comunidades Solidarias Rurales, que atendeu 100 municípios e beneficiou mais de 100.000 das famílias mais pobres do país até 2010 (Beneke de Sanfeliú et al., 2016). As condicionalidades relacionadas à saúde incluíam triagem pré-natal e pós-natal, monitoramento do crescimento e imunizações para crianças menores de cinco anos. As exigências educacionais determinavam que crianças de cinco a 15 anos frequentassem escolas regulares até o sexto ano (De Brauw y Peterman, 2011).

Como descreveram Ponce e Bedi (2010), o Bono de Desarrollo Humano foi reorganizado e passou a ser um programa de transferência monetária condicionada. Seu objetivo principal consistiu em melhorar a formação de capital humano em famílias pobres no Equador, estruturando-se em dois componentes principais: educação e saúde. O componente educacional exigia que as crianças entre seis e 15 anos estivessem matriculadas na escola e frequentassem pelo menos 90% dos dias

letivos por mês. O componente de saúde obrigava que crianças com menos de seis anos fossem levadas aos centros de saúde para consultas quinzenais, onde fossem monitorados seu crescimento e desenvolvimento e recebessem suplementos nutricionais e vacinas.

O Programa Bolsa Família (PBF) surgiu da unificação de programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que existiram brevemente entre 2001 e 2003. Desde 2003, o PBF consolidou-se como o carro-chefe da política social brasileira, instituído e regulamentado pelo Decreto n° 5.209/2004, posteriormente incorporado ao Programa Brasil Sem Miséria. Ocupou um lugar central no debate polarizador sobre sua natureza – renda garantida, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos de saúde, educação e assistência social (Araújo et al., 2015).

De modo geral, o PBF estruturou-se em três eixos principais: transferências de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. Por isso, ficou conhecido como bolsa por necessidade, destinado às famílias em situação de exclusão econômica e orientado para atender às condições que estimulassem o desenvolvimento do capital humano. Seu objetivo era combater a fome e a miséria, promover a emancipação das famílias e reduzir a pobreza e as desigualdades existentes por meio da transferência direta de recursos monetários às famílias no país (Guerra et al., 2012).

Enquanto países da América Latina como Brasil, Bolívia, Argentina, Uruguai e Equador aprovaram políticas públicas para proteger a soberania e a segurança alimentar, o Paraguai avançou pouco nessa questão. Para entender essa situação, cabe destacar que o direito à alimentação costuma ser promovido por organizações internacionais; assim, foi necessário analisar as contradições e desigualdades que surgiram no país em relação à política de Estado, cuja perspectiva pouco se alterou ao longo dos anos, independentemente das reivindicações por intervenção (Diaz y Benavidez, 2021). No entanto, o Programa de Subsídio Alimentar para Pobres na Colônia Indígena de La Promesa, no departamento de Presidente Hayes,

conseguiu melhorar o acesso às refeições diárias de idosos no Paraguai (Galeano Bate, 2019).

As conclusões sobre os efeitos dos programas de transferência de renda/monetária condicionada existentes em outros países da região indicam que eles têm impacto positivo no nível de consumo total de alimentos das famílias. As estimativas sugerem que as famílias passaram a gastar mais para consumir alimentos melhores e mais nutritivos.

5.3 A intervenção na área da saúde

O projeto de entrega de frutas nas escolas, denominado Colación BKN, foi desenvolvido para combater a redução no consumo de frutas e hortaliças, incentivar estilos de vida saudáveis e contribuir para a segurança alimentar entre estudantes de comunidades rurais com alto grau de vulnerabilidade social. A implementação do Programa Colación BKN no Chile aumentou o consumo de frutas e verduras entre os alunos, pois o programa oferecia frutas três vezes por semana —resultado que pode ser considerado uma intervenção eficaz para a segurança alimentar e, conseqüentemente, para o combate à fome (González et al., 2014).

5.4 A intervenção na área de Educação

Em resumo, os programas de alimentação escolar apresentaram objetivos variados, mas sempre incluíram o controle imediato da fome (Allen y Guillespie, 2001). No Peru, a política de segurança alimentar concentrou-se no setor agrícola, enquanto os programas sociais de alimentação foram implementados por órgãos como o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social e o Ministério da Saúde. Esse tipo de sistema impediu a resolução completa dos problemas de segurança alimentar, pois os formuladores de políticas focaram deliberadamente em ações que não abordaram a insegurança alimentar de forma abrangente (Trivelli y Urrutia, 2021).

Os estudos mostram que o Programa Integral de Nutrição (PIN), parte da estratégia de nutrição do governo peruano, reduziu de forma efetiva a desnutrição (Beltrán y Seinfeld, 2011). Além disso,

os resultados dessa intervenção forneceram dados que facilitaram a implementação de políticas capazes de impactar a aprendizagem ao reduzir a pobreza e a desnutrição infantil (Andersen et al., 2015).

O Banco Mundial (2006) identificou que o School Nutrition Program de Honduras —um programa de abastecimento de alimentos e desenvolvimento rural— foi direcionado adequadamente para áreas com altos níveis de pobreza, sendo considerado pró-pobres. Por exemplo, os alunos em situação de pobreza receberam mais benefícios do programa do que aqueles que não viviam nessa condição.

5.5 A intervenção na área da Reforma Agrária

Ainda assim, a fome persistiu em 40% dos domicílios pesquisados após a implementação do Programa de Comunidades Rurales del Milenio na Guatemala. Por outro lado, o desenvolvimento da política fundiária no país teve um efeito limitado sobre a renda dos agricultores. Essa política beneficiou os camponeses e, em certa medida, a administração pública dedicou-se à tarefa, o que levou à expansão das relações capitalistas de produção no campo. A revolução visava fortalecer a comunidade e pôr fim à dominação do governo municipal exercida pela elite ladina, além de conter os ataques a esses recursos por parte dos fazendeiros. Muitas instituições comunitárias contestaram essa situação, pois os reformadores pretendiam ampliar o alcance do Estado ou de alguns municípios ao patrocinarem ou atacarem os recursos comunitários —situação que, de certa forma, seguia padrões iniciados pelas administrações liberais ao longo dos anos (Bandeira y Sumpsi, 2009).

5.6 A intervenção na área de ajuda alimentar

No período de 2005 a 2007, o governo elaborou o *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (PANES), voltado para pessoas e famílias em situação de extrema pobreza. O programa atuou no combate às causas profundas da pobreza

rural, desempenhando um papel nos serviços de assistência técnica, social e financeira (Alvarez, 2009). No entanto, em contradição a essa afirmação, o estudo de Rossi et al. (2017) mostrou que a insegurança alimentar atingiu uma proporção significativa da população de Montevideu, Uruguai. Isso evidenciou a baixa efetividade na promoção da segurança alimentar e o uso ineficiente de recursos públicos (Cruz-Sánchez et al., 2016).

Os resultados dos estudos indicaram que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi eficaz nos municípios brasileiros com maior probabilidade de implementá-lo em populações vulneráveis (Figueiredo Salgado et al., 2017). No entanto, a adesão efetiva à merenda escolar mostrou-se muito baixa tanto em escolas urbanas quanto em rurais, indicando que as metas e objetivos do programa não foram alcançados (Tiborski Cesar et al., 2020).

Os restaurantes subsidiados pelo governo no Sul do Brasil tornaram-se componentes importantes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e desempenham um papel fundamental na garantia da segurança alimentar e nutricional e no direito à alimentação de populações vulneráveis (Oliveira et al., 2020). Apesar disso, o potencial das populações vulneráveis à fome em estados com Cozinhas Comunitárias (CCs) não foi questionado, mas estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano não implementaram as cozinhas em suas comunidades até o momento do estudo (Bandoni et al., 2010). A iniciativa de desenvolvimento sustentável consolidou-se como ferramenta importante para assegurar que segmentos da população tivessem acesso a uma alimentação adequada e acessível (Branquinho et al., 2015).

5.7 As questões gerais da revisão bibliográfica

A nutrição adequada tornou-se essencial para garantir o direito à alimentação das populações, mas continua a representar um desafio que precisa ser enfrentado por meio de políticas públicas locais, sob a perspectiva dos direitos humanos (Herrán y Patiño, 2015).

A agricultura na América Latina e no Caribe exerce um papel fundamental na economia e no abastecimento de alimentos, estando diretamente vinculada às políticas agrícolas e alimentares. Durante muitos anos, a política agrícola incentivou as exportações em detrimento da produção interna, em um contexto de importações massivas de alimentos. Por outro lado, a política alimentar permaneceu centrada na regulamentação sanitária da produção, comercialização, marketing e consumo de alimentos. Embora a preocupação com a autossuficiência alimentar tenha surgido na década de 1980, somente em meados dos anos 2000 a soberania alimentar foi incorporada como uma agenda política, promovendo mudanças institucionais na América Latina e no Caribe (Freguín-Gresh y Cortes, 2021).

Nesse contexto, a pesquisa identificou que as políticas públicas de alimentação e nutrição, iniciadas no início do século XX, foram elaboradas para enfrentar problemas socioeconômicos e de saúde decorrentes da desnutrição e das altas taxas de insegurança alimentar. Essas iniciativas envolveram a distribuição de alimentos e o controle da saúde nutricional de diferentes grupos populacionais, considerando suas especificidades e vulnerabilidades. Além disso, contemplaram o atendimento de grupos com necessidades nutricionais especiais na América Latina e no Caribe.

6 Considerações Finais

Para este trabalho, torna-se essencial compreender o fenômeno da fome, a fim de oferecer um entendimento mais amplo e explicar a relevância das políticas públicas que marcaram a trajetória do combate à fome. Essas políticas impactaram diretamente a capacidade dos países latino-americanos e caribenhos de garantir a soberania e a segurança alimentar. A pesquisa busca fornecer um contexto que permita compreender, questionar e analisar o comportamento do Estado, possibilitando reconhecer o desenvolvimento das ações governamentais existentes e a formulação de novas políticas voltadas à erradicação da fome.

Ao longo da história, a explicação causal da fome passou por diversos períodos. Inicialmente, interpretava-se como um fenômeno natural, fundamentado nos antigos conceitos malthusianos de escassez de recursos e crescimento populacional exponencial. Nas décadas de 1980 e 1990, a redução da capacidade de obtenção de alimentos levou a uma explicação de caráter econômico —a fome passou a ser considerada uma consequência direta da falha do mercado e da pobreza, o que levou Amartya Sen, Prêmio Nobel, a desenvolver a *Teoria da Propriedade* (1981). Por fim, a partir de meados da década de 1990, surgiram autores que argumentam que a causa predominante da fome no terceiro milênio é essencialmente política.

Essa perspectiva deve-se ao fato de que, embora o mundo produza alimentos em quantidade suficiente para toda a população, a fome persiste por falta de vontade política ou ausência de ações governamentais eficazes. Os governos da América Latina têm demonstrado avanços nos mecanismos legais e na consolidação do Direito Humano à Alimentação Adequada. Segundo Azevedo (2017), em 2016, a Inter Press Service registrou a participação de 12 países latino-americanos no Fórum da Frente Parlamentar Contra a Fome, onde foram discutidas leis específicas sobre soberania e segurança alimentar.

Com base em autores críticos à atuação governamental nesse campo —como Amartya Sen, Rosana Magalhães, Renato Maluf, Walter Belik e Luciene Burlandy— observa-se que as políticas públicas de combate à fome na América Latina e no Caribe foram gradativamente desmontadas ao longo do tempo. Até o momento, as ações implementadas mostraram-se insuficientes, fragmentadas e localizadas, concentradas em áreas específicas. Embora tenham sido satisfatórias para modificar o quadro de fome, miséria e desnutrição, ainda não foram eficazes para melhorar os índices de insegurança alimentar das famílias beneficiárias.

Referências

- Agricultural Organization of the United Nations (2011). *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2010*. FAO.
- Agricultural Organization of the United Nations (2014). *O direito humano à alimentação adequada no marco estratégico global para a segurança alimentar e nutricional: consenso global*. FAO.
- Agricultural Organization of the United Nations (2015). *FAO Hunger Map 2015*. FAO.
- Agricultural Organization of the United Nations (2018). *Saving Livelihoods Saves Lives*. FAO.
- Allen, L. e Gillespie, S. (2001). *What Works? A review of the efficacy and effectiveness of nutrition interventions*. Asian Development Bank, ONU.
- Almeida Filho, N. e Gomes Junior, N. N. (2010). Segurança Alimentar e Nutricional como princípio ético social de orientação de políticas públicas nacionais. Em Ramos, P. (ed.), *Segurança alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial*. Alínea.
- Alvarez, V. (2009). *Del plan de atención nacional a la emergencia social al plan de equidad: ¿algo más que un pasaje temporal? Un análisis desde la orientación de las políticas Sociales*. Tese de Doutorado, Universidad de la República.
- Andersen, C. T., Reynolds, S. A., Behrman, J. R., Crookston, B. T., Dearden, K. A., Escobal, J., Mani, S., Sánchez, A., Stein, A. D., Fernald, L. C. H. (2015). Participation in the juntos conditional cash transfer program in peru is associated with changes in child anthropometric status but not language development or school achievement. *Journal of Nutrition*, 145 (10):2396–2405. DOI: 10.3945/jn.115.213546.
- Angelucci, M., Attanasio, O., Di Maro, V. (2012). The impact of oportunidades on consumption, savings and transfers. *Fiscal Studies*, 33(3):305–334. DOI: 10.1111/j.1475-5890.2012.00163.x.
- Araújo, F. R., Araújo, M. A. D., Souza, F. J. V., Santos, D. F., Santana, M. B. (2015). Uma avaliação do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família. *Revista de Administração Pública*, 49(2):367–393.

- Arciniegas, L. e Peña, J. (2017). *La transición alimentaria y nutricional en el modelo alimentario de los hogares caleños*. CIAT y Universidad del Valle.
- Azevedo, L. L. T. (2017). *Desenvolvimento, pobreza e segurança alimentar na América do Sul*. Universidade Federal de Uberlândia.
- Banco Mundial (2006). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007: o Desenvolvimento e a Próxima Geração; Visão Geral*. Banco Mundial.
- Bandeira, P. e Sumpsi, J. M. (2009). *Access to land and rural poverty in developing countries: theory and evidence from Guatemala*. Number 13365. MPRA Paper.
- Bandoni, D. H., Marchioni, D. M. L., Brasil, B. G., Figueiredo, I. C., Sarti, F. M. (2010). O programa de incentivo à instalação de cozinhas comunitárias: avaliação de uma política pública brasileira. *Nutrire - Revista da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição*, 35(1): 15–27.
- Barquera, S., Rivera-Dommarco, J., Casca-García, A. (2001). Políticas y programas de alimentación y nutrición en México. *Salud pública de México*, 43(5):464–477.
- Belik, W., Graziano Da Silva, J., Takagi, M. (2001). Políticas de Combate Fome. *Perspectiva*, 15(4): 119–129.
- Beltrán, A. e Seinfeld, J. (2011). Identificando estrategias efectivas para combatir la desnutrición infantil en el Perú. *Apuntes: Revista De Ciencias Sociales*, 38(69):7–54.
- Beneke de Sanfeliú, M., Angel, M. A., Shi, M. A. (2016). Identificando estrategias efectivas para combatir la desnutrición infantil en el Perú. Em Beltrán, A. e Seinfeld, J. (eds.), *Proteccion, produccion, promocion: Explorando Sinergias entre Políticas de Proteccion Social y Desarrollo Rural en Latinoamerica*. Ediciones Uniandes.
- Bohada, M. P. (2010). Desplazamiento forzado y condiciones de vida de las comunidades de destino: el caso de Pasto, Nariño. *Revista de Economía Institucional*, 12(23):259–298.
- Bolom Martínez, S., Figuerola, F. E., Blanco Wells, G., Amtmann Moyano, C. (2015). Evaluación del proyecto estratégico de seguridad alimentaria em la microrregión cafetalera zona altos de Chiapas. *Agroalimentaria*, 21(41):37–52.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A., Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5 (11):121–136.
- Branquinho, S. A., Oliveira, K. E. S., Akutsu, R. C., Silva, E. F. (2015). Socio demographic and health profile of clientes of community restaurants of brazilian social programs. *Revista Chilena de Nutrición*, 42(1):14–22.
- Campos, F. R. (2023). *Revisão integrativa de estudos sobre políticas públicas de combate à fome da América Latina e do Caribe*. PhD Thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Campos, F. R. (2024). Notas sobre políticas públicas de combate à fome da América Latina e do Caribe a partir de revisão integrativa. Em *Seven International Multidisciplinary Congress*. Disponível em: [link](#).
- Chonchol, J. (1987). *El desafío de la comida: el hambre em el mundo*. Marco Zero.
- Comisión Económica para América Latina y el Caribe (2004). *Desarrollo productivo em economias abiertas*. CEPAL.
- Cruz-Sánchez, B., Muñoz-Rodríguez, M., Santoyo-Cortés, V. H., Martínez-González, E. G., Aguilar-Gallegos, N. (2016). Potencial y restricciones de la avicultura de traspatio sobre la seguridad alimentaria en Guerrero, México. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 13(2): 257–275.
- De Brauw, A. e Peterman, A. (2011). *Can conditional cash transfers improve maternal health and birth outcomes? Evidence from El Salvador's Comunidades Solidarias Rurales*. International Food Policy Research Institute.
- Díaz, D. C. R. e Benavidez, M. C. (2021). Seguridad y soberanía alimentaria en Paraguay: ¿para quienes son las políticas públicas? Em Le Coq, J. F., Grisa, C., Gueneau, S. e Niederle, P. (eds.), *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. E-papers.
- Figueiredo Salgado, R. J. S., Silva, E. A., Ferreira, M. A. M., Cunha, W. A., Santos, L. F. (2017). *Revista*

- de Economía e Sociología Rural. *Revista de Economía e Sociología Rural*, 55(4):661–678.
- Fouilleux, E., Bricas, N., Alpha, A. (2011). Feeding 9 billion people: global food security debates and the production is trap. *Journal of European Public Policy*, 24(11):1658–1677.
- Freguin-Gresh, S. e Cortes, G. (2021). Socio historia y cambio institucional en las políticas agropecuarias y alimentarias de Nicaragua. Em Le Coq, J. F., Grisa, C., Gueneau, S. e Niederle, P. (eds.), *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. E-papers.
- Galeano Bate, S. L. (2019). Mejoramiento de la Calidad de vida de los beneficiários del Programa de Pensión Alimentaria para Adultos Mayores en situación de pobreza en la Colonia Indígena La Promesa en el Departamento de Presidente Hayes. *Población y Desarrollo*, 25(48):20–27.
- González, G. C. G., Zacarías, H. I., Domper, R. A., Fonseca, M. L., Lera, M. L., Vio Del, R. F. (2014). Evaluación de un programa de entrega de frutas con educación nutricional em escuelas públicas rurales de la Región Metropolitana, Chile. *Revista Chilena de Nutrición*, 41(3): 228–235.
- Graziano Da Silva, J., Ortega, J., Faiguenbaum, S. (2008). *Estrategias de desarrollo, políticas públicas y seguridad alimentaria en América Latina y el Caribe*. Centro Latino-americano para el Desarrollo Rural.
- Grisa, C., Niederle, P., Guéneau, S., Le Coq, J. F., Craviotti, C., Borrás, G., Ruiz Diaz, D. C., Ávila Sánchez, H., Freguin-Gresh, S., Scheuer, J. M., Albarracin, J. (2021). Las políticas alimentarias y la politización de la alimentación: la experiencia latino-americana. Em Le Coq, J. F., Grisa, C., Gueneau, S. e Niederle, P. (eds.), *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. E-papers.
- Guerra, A. C., Faria, E. R., Cunha Toledo, D. A., Santos, L. M. (2012). Programa Bolsa Família: uma análise sob o ponto de vista dos usuários. Em *Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração*.
- Gurgel, A. D. M., Santos, C. C. S. D., Alves, K. P. D. S., Araujo, J. M. D., Leal, V. S. (2020). Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25:4945–4956.
- Hackett, M., Melgar-Quiñonez, H., Taylor, C. A., Alvarez Uribe, M. C. (2010). Factors associated with household food security of participants of the MANA food supplement program in Colombia. *Archivos Latino americanos de Nutricion*, 60(1):42–47.
- Herrera, A. O., Scolnik, H. D., Chichilnisky, G., Gallopín, G. C., Hardoy, J. E. (1977). *Catástrofe o nueva sociedad: modelo mundial latino-americano*. CIID.
- Herrán, O. F. e Patiño, G. A. (2015). Derecho a la alimentación en población en situación de desplazamiento forzado en Bucaramanga, Colombia. *Revista Universidad y Salud*, 17(2): 192–200.
- Jarosz, L. (2011). Defining world hunger: scale and neoliberal ideology in international food security policy discourse. *Food, Culture & Society*, 14(1):117–139.
- Millán Smitmans, P. (2014). *Terminar com el hambre: seis políticas públicas claves*. Educa.
- Oliveira, J. T. C., Gabriel, C. G., Vasconcelos, F. A. G., Machado, M. L., Soar, C., Fagundes, A. (2020). Government-subsidized restaurants in Brazil: an evaluation within the framework of food and nutrition security. *Revista de Nutrição*, 33: 1–12.
- Ortega, A. C., Vian, C. E. F., Coutro, E. P., Almeida Filho, N., Belik, W. (2007). Segurança Alimentar: evolução conceitual e ação de políticas públicas na América Latina. Em Ortega, A. (ed.), *Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento*. Alínea.
- Penssan, R. (2021). *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rede Penssan.
- Pinto, J. (2011). *Direito à alimentação e segurança alimentar nos países da CPLP: Diagnóstico Base*. Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação.

- Ponce, J. e Bedi, A. S. (2010). The impact of a cash transfer program on cognitive achievement: The Bono de Desarrollo Humano of Ecuador. *Economics of Education Review*, 29 (1):116–125.
- Rossi, M., Ferre, Z., Curutchet, M. R., Giménez, A., Ares, G. (2017). *Influence of socio-demographic characteristics on different dimensions of household food insecurity in Montevideo, Uruguay*. Number 113. GLO Discussion Paper.
- Sabourin, E. e Grisa, C. (2018). *A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. Escritos.
- Salvia, A., Tuñón, I., Poy, S. (2015). Asignación Universal por Hijo para Protección Social: impacto sobre el bem-estar econômico y el desarrollo humano de la infancia. *Población & Sociedad*, 22(2):101–134.
- Sampaio, R. C. (2013). Democracia digital no Brasil: uma prospecção das iniciativas relevantes. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 4(1-2): 55–79.
- Sanches, A., Beduschi, L. C., Saramago, A., Rapallo, R. (2019). O Fome Zero do Brasil e a Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025. Em Graziano Da Silva, J. (ed.), *Do Fome Zero ao Zero Hunger: Uma perspectiva global*. FAO.
- Sarmiento, F. (2008). *Condicionantes históricas da construção da segurança alimentar no Atlântico: o caso de Angola e São Tomé e Príncipe*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Sen, A. K. (1981). *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Clarendon Press.
- Smith, M. D., Kassa, W., Winters, P. (2017). Assessing food insecurity in Latin America and the Caribbean using FAOs Food Insecurity Experience Scale. *Food Policy*, 71:48–61.
- Suzart, A. S., Ferreira, A. P., Lemos, G. C. S. M., Correa, G. T. B., Bonfatti, R. J., Oliveira, M. H. B. (2017). Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: um estudo de caso. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 41(3):699–715.
- Tiborski Cesar, J., Taconeli, C. A., Osório, M. M., Schmidt, S. T. (2020). Adesão à alimentação escolar e fatores associados em adolescentes de escolas públicas na região Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(3):977–988.
- Trivelli, C. e Urrutia, C. E. (2021). Evolución de los programas alimentarios y cambios em el patrón de consumo em el Perú del 2004 al 2018. Em Le Coq, J. F., Grisa, C., Gueneau, S. e Niederle, P. (eds.), *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. E-papers.
- Vasconcellos, F. C. F. (2021). As organizações internacionais e a evolução dos referenciais de segurança alimentar na América Latina e no Caribe. Em Le Coq, J. F., Grisa, C., Gueneau, S. e Niederle, P. (eds.), *Políticas públicas y sistemas alimentarios en América Latina*. E-papers.
- Walsh, M., Poy, S., Tuñón, I. (2020). The impact of health conditionalities in conditional cash transfer programmes: the case of the AUH in Argentina. *Desarrollo y Sociedad*, (85):157–192.